

Ensino Remoto para Quem? Relato de Experiências em Quatro Escolas Públicas do Rio de Janeiro Durante a Pandemia da COVID- 19

Remote Teaching for Whom? Report of Experiences in Four Public Schools in Rio de Janeiro during the COVID 19 Pandemic

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v10i3.1310

Resumo

A pandemia de 2020 deixou muitas sequelas, incluindo na educação pública. Tendo como enfoque a realidade vivida por três professoras durante esse período, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência do ensino remoto em quatro escolas públicas no estado do Rio de Janeiro (duas localizadas no município do Rio de Janeiro, uma no município de Nova Iguaçu e outra no município de Japeri). O estudo analisou a adesão dos alunos, assim como o uso de diferentes Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. As professoras lecionam ciências e biologia e os recursos tecnológicos utilizados pelas docentes para atender os estudantes neste período foram as plataformas oficialmente contratadas pelas respectivas redes de ensino: *Microsoft Teams*, *Escola Mais Digital* e *Google Classroom*. Também foram utilizados outros dispositivos como *WhatsApp*, *e-mail* e materiais impressos. Todas as escolas apresentaram baixa adesão dos alunos ao ensino remoto, com retorno máximo de 25%. A partir dos resultados, foi elaborado um questionário *online* aos coordenadores pedagógicos das unidades escolares responsáveis por contatar os alunos. Tal investigação possibilitou identificar os principais motivos apresentados pelos discentes que não aderiram às atividades remotas. Os dados mostraram que, independente do município, da escola, da modalidade, do nível de escolaridade e da idade dos estudantes, os resultados foram muito semelhantes, apontando dificuldades no acesso a tecnologias digitais e falta de autonomia como os principais motivos citados. Espera-se que esses resultados possam ser utilizados para estratégias de gestão e planejamento para o ensino remoto, diminuindo o prejuízo e a assimetria de aprendizagem evidenciada.

Palavras-chave: Pandemia da Covid-19. Ensino emergencial. Escolas públicas. Ensino de ciências.

Isabela Cristina Brito Gonçalves^{1*}
Patrícia do Socorro de Campos da Silva²
Jaqueline Lopes de Oliveira³
Caroline Porto de Oliveira⁴

¹Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio De Janeiro.

²Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Seeduc-RJ.

³Secretaria Municipal de Nova Iguaçu - Semed. Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro - Seeduc-RJ. Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio De Janeiro.

⁴Fundação de Apoio às Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio De Janeiro.

*isabelabiouerj@yahoo.com.br



Recebido 23/11/2020
Aceito 24/02/2021
Publicado 05/03/2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: GONÇALVES. I. C. B. *et al.* Ensino Remoto para Quem? Relato de Experiências em Quatro Escolas Públicas do Rio de Janeiro Durante a Pandemia da COVID- 19. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1310, 2020. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1310>

Remote Teaching for Whom? Report of Experiences in Four Public Schools in Rio de Janeiro during the COVID 19 Pandemic

Abstract

The 2020 pandemic left many consequences, including in public education. Focusing on the reality experienced by three teachers during this period, the objective of this work is to report the experience of remote education in four public schools in the state of Rio de Janeiro (two located in the municipality of Rio de Janeiro, one in the municipality of Nova Iguaçu and another in the municipality of Japeri). The study analysed the adherence of the students and the use of different Digital Information and Communication Technologies. The teachers work with Science and Biology and the tools used to assist students during this period were: Microsoft Teams, Escola Mais Digital, Google Classroom platforms, which were officially contracted by each educational network respectively. In addition, WhatsApp, e-mail and printed materials were used. All schools presented a low student's adherence to remote activities, reaching a maximum of 25% of responses. Therefore, an online survey was targeted at the pedagogical coordinators who contacted students previously. The results made it possible to identify the main reasons presented by students that did not adhere to the remote activities. General data showed that regardless of the municipality, school, modality, level of education and the age of students, the results were very similar, indicating to the difficulties in accessing digital technologies and lack of autonomy were the main reasons for not adhering to the remote teaching.

Keywords: Covid-19 pandemic. Emergency teaching. Public schools. Science teaching.

1. Introdução

A pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, vem afetando drasticamente a vida das pessoas ao redor do mundo, ocasionando interrupções socioeconômicas, inclusive na educação (DIFFENBAUGH et. al, 2020). Com as medidas restritivas para reduzir a aglomeração entre as pessoas, as escolas foram fechadas e as aulas passaram gradativamente a acontecer de forma remota, levando professores e alunos a uma adaptação de emergência para a prática do ensino remoto que exige o uso das Tecnologias de informação e comunicação – TICs.

Neste sentido, vale destacar que o que estamos vivendo, de modo crescente e acelerado, é o ensino remoto (ER) e não a Educação a Distância (EaD) (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020). Esta última tem legislação própria (BRASIL, 2017) que lhe confere valor legal. Joye, Moreira e Rocha (2020) afirmam que o ER atual é caracterizado por atividades educacionais remotas emergenciais. Isto significa que as aulas estão ocorrendo de modo digital em caráter provisório para “fornecer acesso temporário aos conteúdos e apoio educacional de maneira a minimizar os efeitos do isolamento social...” (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p.13). O conceito elaborado pelos autores está relacionado com a utilização de ferramentas de ensino e desenvolvimento de atividades integralmente distantes do aluno (de maneira remota) para o auxílio de sua aprendizagem, como por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela internet.

2. A pandemia e o contexto do ensino remoto

Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do COVID-19 era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional devido à grande capacidade de transmissão do vírus (OPAS, 2020). Diante desta declaração o Governo Federal publicou a Lei nº 13.979, em 7 de fevereiro de 2020 que dispunha sobre as medidas para enfrentamento da COVID-19 (BRASIL, 2020a). Na educação em 01 de abril de 2020 foram estabelecidas, via Medida Provisória nº 934¹, normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior, decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. Para tal, o parecer CNE/ CP nº 5/2020, orientou a reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020b). Após esse período, estados e municípios passaram a publicar documentos sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais.

Na rede estadual de educação do Rio de Janeiro, o primeiro decreto suspensivo de aulas foi o Decreto Nº 46.970 publicado em 13 de março de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020a), que definiu medidas para o enfrentamento do COVID-19. No dia 16 de março¹ um novo decreto reconheceu a situação de emergência no estado e foi publicada a resolução SEEDUC nº 5.839, que regulamentou o decreto nº 46.970 e antecipou o recesso escolar para o período de 16/03 a 29/03, visando minimizar a perda de aulas. Com o fim do recesso, as medidas de suspensão das aulas presenciais foram renovadas através de decretos subsequentes, sendo o último de nº 47.219 que previa o retorno no dia 14 de setembro para a rede privada e no dia 05 de outubro para a rede pública de ensino. Em março a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) anuncia convênio com a plataforma *Google Classroom* para a implantação na primeira semana de abril para as aulas remotas da sua instância.

No município do Rio de Janeiro, a prefeitura após regulamentar a lei Federal 13.979, via decreto (RIO DE JANEIRO, 2020b) e declarar situação de emergência² suspende as aulas presenciais nas escolas da cidade a partir de 16 de março de 2020. A deliberação do Conselho Municipal de Educação E/CME n.º 39, de 02 de abril de 2020, orientou as instituições do sistema municipal de ensino do Rio de Janeiro sobre a realização de atividades escolares em regime especial domiciliar, durante o período de isolamento social. Enquanto outros decretos surgiam com novos adiamentos e novas datas previstas para o retorno das aulas presenciais, o ensino remoto se tornava presente na vida de professores e alunos. Pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), no mês de abril iniciaram as capacitações dos docentes para o uso das TICs, e foi designada a plataforma *Microsoft Teams* para estruturar o ensino remoto.

A prefeitura de Nova Iguaçu, por sua vez, emitiu a Resolução 004 de 13 de março de 2020 da Secretaria Municipal de Educação (Semed), em que substituiu o calendário escolar vigente por um novo calendário e determinou recesso escolar por 15 dias (NOVA IGUAÇU, 2020a). No entanto, com a manutenção da suspensão das aulas, a Secretaria de Educação iniciou os trâmites para a implementação das aulas no formato remoto através da plataforma de ensino Escola Mais digital. A plataforma oferece os conteúdos de Ciências em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). O cadastramento dos alunos na plataforma foi iniciado em 14 de abril, pretendendo que a navegação dos estudantes pela plataforma fosse iniciada nos dias subsequentes (NOVA IGUAÇU, 2020b).

Para atender uma demanda da população que carece de tecnologias digitais como Smartphones, computadores, e até mesmo um pacote de dados que sustentasse a quantidade de horas-aula, foi oferecido pela Rede Estadual do Rio de Janeiro um horário na programação da televisão aberta pela Rede Bandeirantes, como um meio de comunicação com fins educacionais. Em setembro do mesmo ano,

1 Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020: <<https://coronavirus.rj.gov.br/decretos/>>

2 Decreto 47.263 de 17 de março de 2020. A Prefeitura do Rio de Janeiro declarou situação de emergência. <https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/649035/4476>

a SME realizou uma parceria com a MultiRio, e passou a oferecer aos estudantes videoaulas de modo a reforçar o aprendizado remoto das disciplinas curriculares. Os alunos se mantêm conectados ao programa Escola.Rio, programa da SME que é exibido diariamente pela TV Bandeirantes e TV Multirio, além de estar disponível na plataforma Youtube.

De fato, essas estratégias e normativas estabelecidas em tempos de pandemia encontram na acessibilidade ao ensino remoto um de seus maiores desafios. Tendo como enfoque a realidade vivida por três professoras, buscou-se investigar: a quem esta proposta de ensino atende? Assim, este trabalho objetiva relatar a experiência do ensino remoto em quatro escolas públicas no estado do Rio de Janeiro, além de analisar os motivos que levaram à sua adesão ou não.

3. Procedimentos metodológicos

O presente relato apresenta a experiência de três professoras de Ciências e Biologia em quatro escolas da rede pública de ensino do Rio de Janeiro frente aos desafios do ensino remoto. Duas unidades escolares pertencem à rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro (Escolas A e B), uma à rede municipal da cidade de Nova Iguaçu (Escola C) e uma à rede estadual do município de Japeri (Escola D). As experiências vivenciadas nas escolas A, B e C foram desenvolvidas no ensino fundamental II, na modalidade regular, com início em maio, março e abril respectivamente. A escola D atuou no ensino médio, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de abril. A fim de viabilizar as análises, os dados foram coletados até o final do mês de outubro.

Além de manter um vínculo com os alunos, as aulas remotas visaram trabalhar as competências e habilidades previstas no Currículo Carioca de Ciências, além da orientação proposta pela BNCC. Para o desenvolvimento do trabalho, as professoras fizeram uso de TICs oferecidas pelas secretarias, incluindo as plataformas: *Google Classroom*, *Microsoft Teams*, Escola Mais Digital, além de *e-mail* e grupos de *WhatsApp*, a fim de promover maior alcance dos discentes.

Foi aplicado um questionário investigativo *on line*, contendo 6 questões objetivas e uma discursiva, para coletar informações junto às coordenadoras das unidades escolares, visto que as mesmas contataram alunos/responsáveis para identificar suas dificuldades no acesso ao ensino remoto.

4. Como o Ensino remoto funcionou para nós?

A pandemia surge como um evento inesperado e desafia o campo da educação básica a atuar de forma remota. No âmbito do ensino público, a premissa de equidade exige cautela na adoção de medidas que possam ser excludentes. Iniciam-se então buscas para melhor atender os estudantes, objetivando manter o vínculo dos alunos com a escola e proporcionar a eles acesso aos conhecimentos pertinentes ao seu ano de escolaridade.

4.1 Cotidiano das escolas

A escola A é integrada à rede municipal do Rio de Janeiro, pertencente à 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), localizada no bairro da Penha, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. É uma unidade escolar (UE) de turno único, onde estão regularmente matriculados 550 alunos do Ensino Fundamental II em 2020. Atualmente, cerca de 80% de seu alunado é oriundo de comunidades carentes (favelas) pertencentes ao Complexo da Penha, como, por exemplo, Vila Cruzeiro, Morro da Fé, Grotão, entre outros. É uma região com diferentes realidades sociais, e a maioria dos alunos possui acesso restrito às tecnologias e a qualquer material que envolva recurso financeiro.

Pertencente à 6ª CRE da rede municipal do Rio de Janeiro, a Escola B está situada no bairro da Pavuna. A UE atende aproximadamente 900 alunos do Ensino Fundamental II, que são moradores do município do Rio de Janeiro e de municípios vizinhos da Baixada Fluminense, tais como São João de Meriti e Belford Roxo. Muitos dos alunos residem em comunidades carentes (favelas) como: Acari, Costa Barros, Complexo do Chapadão, Grotão, Lagartixa, Pedreira e Parque Colúmbia. A região é considerada um dos locais de maior índice de violência da cidade do Rio de Janeiro (ISP, 2015) e com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade (IPP, 2008).

A escola C, vinculada à rede municipal de educação da cidade de Nova Iguaçu, atende 529 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A escola acolhe alunos moradores das comunidades carentes do entorno como: Lagoinha, Grão-Pará, Tiradentes e Jardim Guandu. Segundo o Atlas de Violência (2019), o município possui um dos maiores índices de mortes violentas do Estado.

A escola D está localizada no município de Japeri, que dista 70 Km da capital fluminense e faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Na referida UE, são atendidos 968 alunos do ensino médio nas modalidades Regular, Curso Normal e EJA. Dos 92 municípios do estado, Japeri é o mais pobre, segundo o ranking de renda *per capita* e ocupa o 77º lugar na taxa de escolarização (entre 6 e 14 anos de idade). Também tem índices negativos no esgotamento sanitário e mortalidade, refletidos no IDH do município, que é de 0,659, um dos piores do estado. Segundo o Mapa da Desigualdade de 2019, Japeri está entre os cinco piores indicadores nos quesitos: mobilidade urbana, mercado de trabalho, renda, educação, segurança pública, saúde, saneamento básico e nota média do Índice de Desenvolvimento da Educação (CASA FLUMINENSE, 2020).

De modo geral, as escolas estão situadas em territórios de vulnerabilidade social, com alto índice de violência. No contexto presencial, os recorrentes confrontos armados acarretam em suspensão das aulas, redução de turnos ou baixa frequência dos alunos. Por sua vez, o rendimento escolar é prejudicado ao gerar descontinuidade no processo de ensino-aprendizagem. Observa-se também a dificuldade na criação de vínculo e pertencimento com a escola, local de grande relevância para a formação do indivíduo.

4.2 Expectativa x realidade: Quem o remoto alcança?

Após se estabelecer a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto emergencial, cada secretaria de educação estabeleceu diretrizes a serem seguidas. Além disso, cada UE pôde agir de forma autônoma para garantir maior adesão de suas turmas, respeitando os limites impostos pela nova realidade.

A professora da escola A trabalhou com quatro turmas de 7º ano, totalizando 164 alunos matriculados. Na escola B, a professora atuou em uma turma de 6º ano e duas turmas de 7º ano, com um total de 110 alunos. A escola C contou com o trabalho da professora em uma turma de 7º, uma de 8º e uma de 9º ano, somando 94 alunos. Na escola D, o trabalho foi desenvolvido pela mesma docente da escola B, neste contexto direcionado a duas turmas do módulo II e duas turmas do módulo IV do ensino médio, modalidade EJA, abrangendo 149 alunos. Cabe destacar que o número de alunos matriculados nas turmas das professoras relatoras configura-se a expectativa de alcance do ensino remoto, bem como de retorno das atividades propostas.

A escola A iniciou o ensino remoto através da utilização da plataforma *Teams*, disponibilizada pela SME. Num primeiro momento, a professora optou por produzir videoaulas, as quais publicou em um Canal no *YouTube* e disponibilizou os *links* na referida plataforma. Inicialmente, muitos alunos demonstraram dificuldades em acessar a Plataforma *Teams* devido à complexidade do aplicativo. Em agosto, a escola optou por acrescentar o *WhatsApp* como mais um meio de alcance aos alunos, visando ampliar o acesso especialmente àqueles com limitação aos dados de internet. Ao estreitar a comunicação com os alunos,

os mesmos demonstraram interesse em assistir aulas síncronas, as quais iniciaram no final de agosto, somadas ao envio de atividades, via plataforma *Teams* e com divulgação pelo *WhatsApp*. No mesmo mês, por solicitação da gestão escolar, a professora iniciou, concomitantemente as demais atividades, a produção de material didático, o qual passou a ser impresso pela escola e entregue mensalmente aos alunos.

As gestoras da escola B optaram por incentivar os docentes a produzirem material destinado ao ensino remoto desde o início do isolamento. Os materiais produzidos foram disponibilizados via *Facebook* e site da escola. Os alunos, por sua vez, enviavam os trabalhos concluídos à professora por *e-mail*, para correção e *feedback*. Esta estratégia foi utilizada até o final de maio. Posteriormente, a escola agregou a plataforma *Teams* como TIC de alcance aos alunos. Com a viabilidade da plataforma, a docente iniciou aulas síncronas em junho. Por fim, em outubro, ampliou-se o envio de material via *WhatsApp*, considerando que o mesmo se mostrou mais acessível aos alunos com limitação aos dados de internet.

A escola C iniciou a realização do ensino remoto via Plataforma Escola Mais Digital, disponibilizada pela Semed. Em maio, em decorrência das inúmeras reclamações feitas pelos responsáveis e docentes devido à complexidade para acessar os conteúdos na plataforma, a equipe pedagógica da UE migrou as aulas para a mídia social *WhatsApp* por meio de uma conta comercial, a fim de viabilizar o acesso mediante a disponibilidade limitada de dados de internet pelos discentes. A professora disponibilizou semanalmente material e se mantinha disponível em horário preestabelecido pela escola para sanar dúvidas, explicações complementares e recebimento dos trabalhos resolvidos.

Na escola D, a principal TIC utilizada foi o *Google Classroom*, disponibilizado pela Seeduc. Ainda em março os docentes se ambientaram à ferramenta e no início de abril a professora relatora iniciou a utilização junto aos alunos. Em maio, a mesma agregou o uso do *WhatsApp* para ampliação do alcance aos discentes. As aulas foram assíncronas, mas em algumas poucas ocasiões a professora realizou aulas síncronas para manter o contato mais próximo com os alunos, revisar e discutir sobre os assuntos tratados, sanar dúvidas e corrigir questões que os alunos mais tiveram dificuldade. Em agosto, por orientação da gestão escolar, a professora produziu duas apostilas, uma para cada ciclo de aprendizagem, as quais foram impressas pela escola e entregues aos alunos.

Ressalta-se que os grupos do *WhatsApp* formados para o atendimento das turmas das escolas A, B e C incluíram responsáveis e alunos, enquanto os grupos formados para atender as turmas da escola D, incluíram diretamente os próprios alunos.

O Quadro 1 apresenta a realidade encontrada em cada UE, relacionando as diferentes TICs frente ao ensino remoto. Percebe-se uma similaridade na resposta dos alunos perante as estratégias utilizadas nas quatro escolas.

Contudo, a realidade encontrada na primeira linha do quadro representa o quantitativo de alunos que foram incluídos nas TICs aderidas pelas unidades escolares. Nas escolas A e B, o percentual de inclusão foi de 100% na plataforma *Teams*, devido à criação de um *e-mail* institucional e senha pela secretaria de educação para todos os alunos matriculados. Igualmente vale para o *e-mail* criado pela secretaria da escola B. O *WhatsApp* contemplou 76% dos alunos matriculados na escola A, 14% na escola B, 34% na escola C e 45% na escola D. A plataforma Escola Mais Digital escolhida pela secretaria de Educação da escola C incluiu apenas 15% dos alunos matriculados nas turmas.

Quadro 1: Recursos tecnológicos utilizados para o ensino remoto, seu alcance e adesão às propostas desenvolvidas em quatro escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Ferramentas utilizadas	Google Classroom	E-mail	Microsoft Teams	WhatsApp	Escola Mais Digital
ESCOLA A					
Nº de total de alunos da docente incluídos na ferramenta	-	-	164	124	-
Média de alunos participantes/presentes nas aulas	-	-	15	18	-
Média de alunos que realizam tarefas frequentemente	-	-	8	10	-
Média de alunos que realizam tarefas esporadicamente	-	-	7	8	-
ESCOLA B					
Nº de total de alunos da docente incluídos na ferramenta	-	110	110	15	-
Média de alunos participantes/presentes nas aulas	-	2	5	6	-
Média de alunos que realizam tarefas frequentemente	-	1	2	2	-
Média de alunos que realizam tarefas esporadicamente	-	2	3	4	-
ESCOLA C					
Nº de total de alunos da docente incluídos na ferramenta	-	-	-	32	14
Média de alunos participantes/presentes nas aulas	-	-	-	4	0
Média de alunos que realizam tarefas frequentemente	-	-	-	1	0
Média de alunos que realizam tarefas esporadicamente	-	-	-	1	0
ESCOLA D					
Nº de total de alunos da docente incluídos na ferramenta	149	-	-	67	-
Média de alunos participantes/presentes nas aulas	34	-	-	3	-
Média de alunos que realizam tarefas frequentemente	24	-	-	2	-
Média de alunos que realizam tarefas esporadicamente	8	-	-	1	-

Legenda: (-) Entende-se que a ferramenta não foi utilizada na referida UE.

Fonte: As autoras.

Quanto à adesão ao ensino remoto, os números demonstraram um acesso e uma participação muito reduzidos, não ultrapassando em nenhuma das escolas analisadas o percentual de 25%. Na escola A, a plataforma *Teams* foi utilizada por 9% dos alunos e a utilização do *WhatsApp* aumentou para 15% de presença nas aulas. A escola B obteve uma adesão de 4,5% com a plataforma *Teams*, 1,8% de retorno via *e-mail* e 5,5% pelo *WhatsApp*, salientando que esta última estratégia foi utilizada somente no mês de outubro. A escola C, além de não conseguir incluir todos os alunos na plataforma escolhida, não conseguiu nenhuma adesão na mesma. A escola só conseguiu a adesão e participação de 4,3% dos alunos no aplicativo do *WhatsApp*. A Escola D apresenta um público com mais idade e no *Classroom* predominou o acesso com 23% de adesão.

Percebe-se uma baixa adesão em todas as unidades escolares analisadas, independentemente da plataforma ou ferramenta escolhida. Observando as atividades propostas nas linhas inferiores da tabela, esse número diminui ainda mais, evidenciando um acesso momentâneo, e uma perda de continuidade dos estudos após as aulas. Vale ressaltar que a média de alunos participantes nas aulas significa muitas vezes uma rotatividade entre os mesmos, não permanecendo nas aulas de forma constante.

4.3 Entendendo os porquês

Por que os alunos não aderiram os recursos tecnológicos adotados por essas professoras? Será que esse seria um problema pontual, ou será que foram questões pessoais que levaram a esse distanciamento ou a falta de acesso aos recursos tecnológicos? Para responder a essa pergunta elaboramos e analisamos os questionários estruturados aplicados às coordenadoras pedagógicas.

Foram utilizadas diferentes estratégias pelas coordenadoras para contatar os discentes/responsáveis a respeito das dificuldades do ensino remoto (Figura 1). Nessa ocasião dialogaram com 240 alunos/responsáveis da Escola A, 400 da Escola B, 350 da Escola C e 800 da Escola D. Na maioria das vezes, esse contato foi feito, respectivamente, com alunos, responsáveis e alunos maiores.

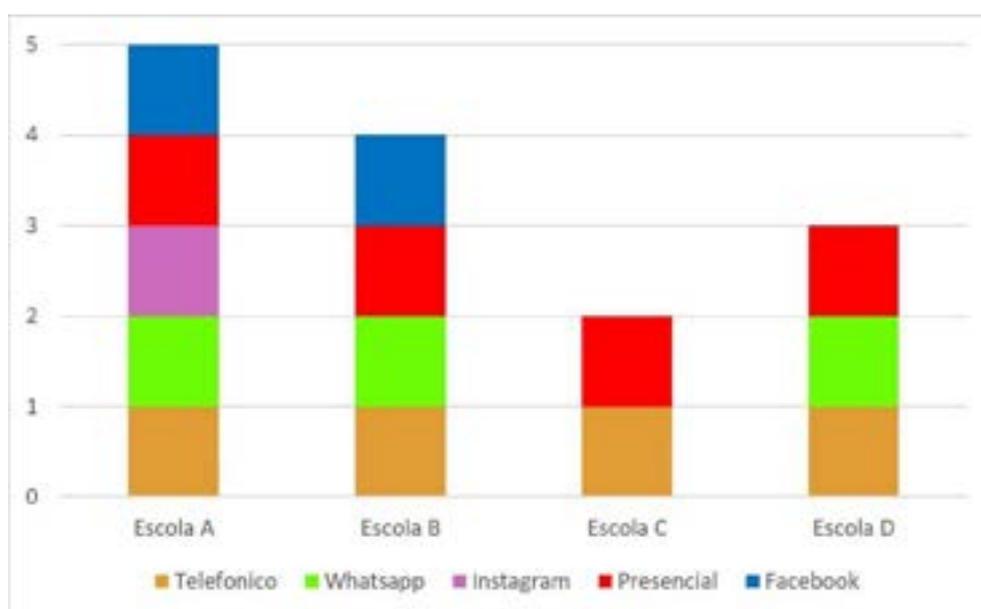


Figura 1: Meios que as coordenadoras utilizaram para identificar as dificuldades de acesso dos alunos.

Fonte: As autoras.

A comunicação de forma presencial, apesar da sugestão de isolamento social, foi relatada nas quatro escolas, devido à convocação dos alunos/responsáveis para a retirada do Kit alimentação (cesta básica ou cartão alimentação), atividades e apostilas impressas oferecidos por cada UE.

A pergunta: “Que tipos de dificuldades foram relatados pelos alunos/pais?” buscou investigar os motivos que os impediram de aderir as propostas do ER. Dez opções foram listadas de modo que o respondente poderia optar por mais de uma alternativa, e ainda acrescentar outras opções não disponibilizadas no questionário, além de qualificar se esse motivo foi pouco ou muito citado (Figura 2).

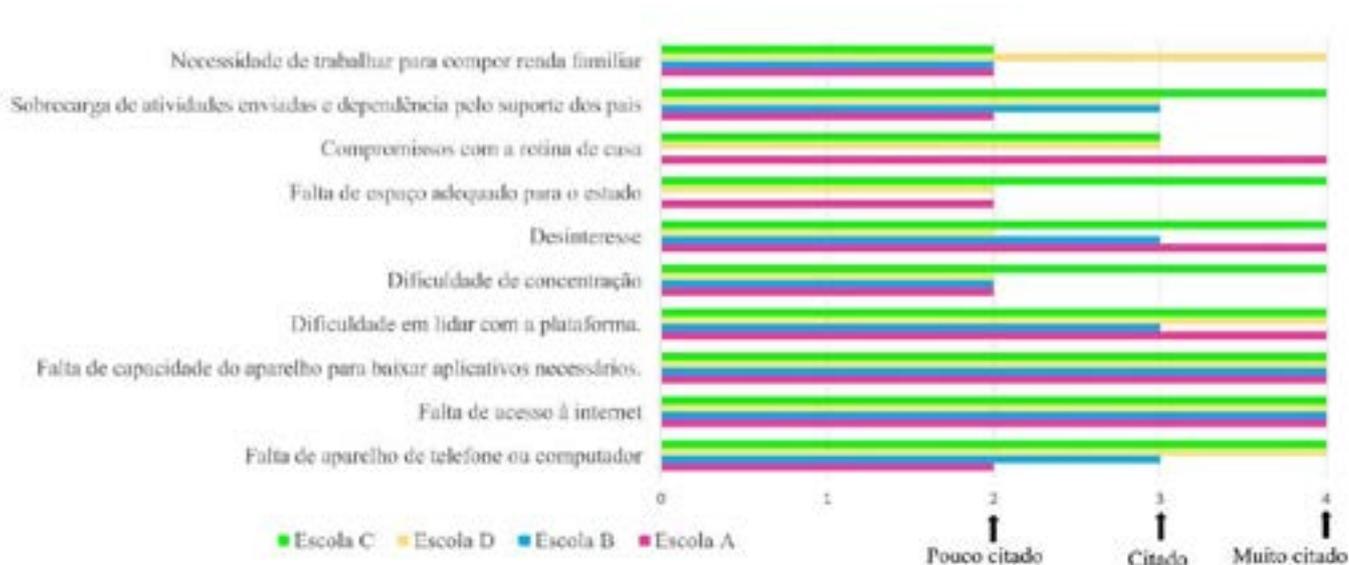


Figura 2: Dificuldades apontadas pelos alunos/responsáveis para a adesão ao ensino remoto.

Fonte: Fonte: As autoras.

O gráfico evidencia que o acesso à internet e a falta ou ineficiência do aparelho celular ou computador são as principais dificuldades relatadas pelos alunos e responsáveis para a baixa ou não adesão ao ensino remoto em todas as escolas. Esses resultados refletem a situação socioeconômica da maioria dos nossos alunos, que não dispuseram de recursos financeiros para adquirir novos aparelhos eletrônicos e assinaturas de internet banda larga durante o ensino remoto. Essa realidade é confirmada pela pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro onde 54% dos alunos enfrentam alguma dificuldade de acesso à internet, sendo que 10% não têm absolutamente nenhum acesso à rede (RIO DE JANEIRO, 2020c). De acordo com o estudo, apenas 12% dos alunos conseguem acessar as aulas *online*, confirmando os nossos resultados. A inviabilidade da instalação dos serviços de internet nas localidades em que os alunos residem também esteve presente nas respostas e reitera a exclusão digital.

Saraiva *et al.* (2020) relatam que as escolas públicas possuem dificuldades para implementar e trabalhar de maneira remota devido à escassez de recursos dos alunos. Essa realidade acentua o abismo social entre a rede pública e privada de ensino. Essa realidade foi absorvida e contemplada pelas universidades e institutos federais que não aderiram à proposta do ensino remoto no primeiro semestre de 2020. Tal medida foi justificada pela dificuldade do acesso das populações mais carentes às TICs, como retratada a reportagem de 14/05/2020 do G1³.

Outra dificuldade muito citada pelos alunos/responsáveis em três das quatro escolas analisadas foi a falta de habilidade em lidar com as diferentes plataformas de ensino, que exigiam um conhecimento básico em informática para acesso às tarefas, e na preparação de trabalhos utilizando editores de texto.

A coordenadora da escola D destacou que foi muito citada a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar como um dos fatores de não-adesão ao ER. Vale a pena destacar que os estudantes desta UE são alunos do ensino médio e uma parte considerável desse público é formado por alunos adultos matriculados na EJA, que, por muitas vezes, são responsáveis pelo sustento familiar e tiveram a renda financeira diminuída devido à pandemia. A urgência de trabalhar mais e em outros horários pode ter afetado negativamente à adesão ao ensino remoto por esse público.

³ Pode ser acessada em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/14/so-6-das-69-universidades-federais-adotaram-ensino-a-distancia-apos-paralisacao-por-causa-da-covid-19.ghtml>>

Na opção outros, as coordenadoras destacaram: falta de condições financeiras para custear internet (ou colocar créditos), aparelhos celulares ultrapassados, sem capacidade para suportar o programa da plataforma, e falta da presença física do professor. Este último poderia ser amenizado pelas aulas síncronas, se pelo menos o aluno tivesse condições de se manter conectado. Quanto à exclusão digital, um levantamento realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), entre outubro de 2019 e março de 2020, apontou que aproximadamente 18% de crianças e jovens entre 9 e 17 anos não possuem acesso à internet no Brasil, isto equivale a 4,8 milhões de indivíduos nesta faixa etária (CETIC, 2020). Segundo o estudo, 58% dos estudantes utilizam exclusivamente o aparelho celular para acessar a internet e nas classes mais pobres (classes D e E) esse número sobe para 73%. A ausência de recursos financeiros que marca essa diferença também foi pontuada pelo estudo citado e pelas coordenadoras que responderam ao nosso questionário. Enquanto isso, estudantes de classes sociais mais elevadas não costumam ter essas dificuldades, seja no acesso à rede seja na disponibilidade de equipamentos tecnológicos, acirrando ainda mais as diferenças sociais que foram reveladas pela exclusão digital vigente.

O questionário aplicado às coordenadoras também levantou informações sobre o envolvimento dos pais/responsáveis no processo de ensino neste período de pandemia (em que as opções eram: Muito participativos, Participativos, Pouco participativos, Só estabeleci comunicação com alunos maiores e Não tenho como avaliar) a maioria das respondentes classificaram os pais/responsáveis como pouco participativos. Neste sentido, a pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro atesta que 50% dos alunos não receberam ajuda de algum adulto para realizar suas atividades do ER (RIO DE JANEIRO, 2020c). Vieira *et al.* (2020) afirmam que a pandemia de 2020 desafiou os estudantes, acostumados ao ensino presencial, a lidarem não apenas com o isolamento social, mas também com o ensino remoto, que exige do indivíduo maior autonomia. Dentro deste cenário, destacamos o relato da coordenadora da escola D:

"Os alunos não possuem o hábito de estudar em casa, isso percebemos ao passar lições de casa e voltarem em branco na aula seguinte. Trata-se de uma questão cultural e social."

Essa percepção da ausência de autonomia identificada pela coordenadora e pelos demais autores, pode indicar o importante papel da família na educação. O beneficiado de todo esforço realizado pela família e pela escola é o aluno, assim devemos evitar o jogo de empurra-empurra e unir forças para estimular e apoiar o aluno neste período tão difícil de pandemia (CALADO, 2020). O parecer do CNE (nº 11/2020) trouxe um estudo de uma entidade dos Estados Unidos que estimou o potencial do fechamento das escolas de ensino médio trazendo três realidades sobre a eficácia do ensino remoto frente ao ensino presencial: a qualidade do acesso e da oferta do ensino remoto, o apoio domiciliar e o grau de engajamento do estudante. Esse estudo reforça o que já foi discutido quanto ao envolvimento dos responsáveis, além da autonomia do estudante, e da qualidade do acesso. Acrescentamos ainda um agravante no segundo fator em que se encontra o responsável do discente. Se imaginarmos uma residência chefiada por uma mulher, realidade muito comum nas periferias do Brasil, em uma casa com crianças em diferentes faixas etárias, fica difícil dimensionar a dificuldade de um apoio pedagógico orientado por um único adulto responsável. Além de trabalhar muitas vezes nos serviços essenciais e deixar as crianças em casa, ao chegar na residência será tomada pelas tarefas domésticas, onde o estudo não terá vez.

Na última questão, pedimos que, caso desejassem, as coordenadoras compartilhassem conosco relato(s) de responsáveis e/ou alunos que tivessem considerado mais marcante(s) para expressar as justificativas da baixa adesão ao ensino remoto. Destacamos os dois relatos que dialogam mais profundamente com os nossos resultados em que os alunos desenvolveram estratégias para suprir suas necessidades:

Coordenadora da Escola A:

“O relato de um aluno que não tem acesso à internet e leva o material para calçada da rua para pegar a internet do vizinho. Por várias vezes, o vizinho trocou a senha e ele ficava sem acesso, não tendo como realizar as atividades enviadas.”

Coordenadora da Escola D

“Sou professora do 3º ano do curso Normal, uma aluna me relatou que para fazer as atividades, precisa acessar o WhatsApp, usando a internet do vizinho ou quando vai a casa do avô. Ela foi a única de sua turma, que concluiu e entregou as atividades impressas pela escola. E com muito esforço, conseguiu fazer algumas horas de estágio virtual. Seu esforço e determinação diante de tantas dificuldades, que poderiam ter sido amenizadas se o poder público tivesse cumprido o seu dever, me fizeram acreditar na força que o ser humano tem quando almeja algo melhor em suas vidas. Esta aluna determinada demonstrou muita resiliência, algo que precisamos muito aprender, porém mais ainda ficou evidente que quando existe a chance e possibilidades para crescer, muitos sabem aproveitar. A educação é um direito e deveria ser para todos.”

O Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou um parecer (nº 11/2020) aprovado em julho de 2020 com a seguinte informação:

[...] é preciso considerar um conjunto de fatores que podem afetar o processo de aprendizagem remoto no período de isolamento da pandemia, tais como: as diferenças no aprendizado entre os alunos que têm maiores possibilidades de apoio dos pais; as desigualdades entre as diferentes redes e escolas de apoiar remotamente a aprendizagem de seus alunos; as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em sua resiliência, motivação e habilidades para aprender de forma autônoma on-line ou off-line; as diferenças entre os sistemas de ensino em sua capacidade de implementar respostas educacionais eficazes; e, as diferenças entre os alunos que têm acesso ou não à internet e/ou aqueles que não têm oportunidades de acesso às atividades síncronas ou assíncronas. Todos esses fatores podem ampliar as desigualdades educacionais existentes. No caso brasileiro, a pandemia surgiu em meio a uma crise de aprendizagem, que poderá ampliar ainda mais as desigualdades existentes. O retorno exigirá grande esforço de readaptação e de aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL 2020c)

Diante deste documento e de todas as questões abordadas no trabalho, fica claro que o aluno é único com suas particularidades e necessidades. Já é desafiador lidar com essas características individuais durante o ensino presencial, e se torna ainda mais complexa no ER.

Assim, é necessário planejar cada vez mais e mais atentamente. Neste sentido, algumas propostas já foram implementadas pelas secretarias municipais e estadual para o cumprimento do ano letivo de 2020. Com a troca de gestão na cidade do Rio de Janeiro devido às eleições municipais, algumas mudanças aconteceram no que tange o ano letivo de 2021. Até o final do ano de 2020, a SME havia

considerado que os conteúdos programáticos referentes ao 1º semestre letivo foram aplicados através do ensino remoto ao longo do ano. Assim como a Semed e a Seeduc, que validariam o ano de 2020 para progressão à série seguinte. As mudanças seguiram de forma independente em cada secretaria, como veremos seguir:

A SME manteve a reorganização curricular em quatro unidades de aprendizagem (UA) aprovada pelo Conselho Municipal de Educação através da Deliberação E/CME n.º 42, de 23 de setembro de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020d): UA 1: refere-se ao conteúdo do 1º semestre de 2020, UA 2 refere-se ao conteúdo do 2º semestre de 2020, UA 3 refere-se ao conteúdo do 1º semestre de 2021 e UA 4: refere-se ao conteúdo do 2º semestre de 2021. Entretanto, até dezembro de 2020 estava definida que a UA 1 já teria sido desenvolvida ao longo de todo o ano letivo de 2020, desconsiderando as dificuldades de acesso dos estudantes. Em janeiro de 2021 a Subsecretaria de Ensino elaborou e enviou aos docentes, através do *e-mail* institucional, um documento intitulado “Reflexões: reestruturação pedagógica para o biênio 2020/2021”, onde se percebe a reformulação da organização anterior para o ano de 2021, estabelecendo o plano de volta as aulas. Em resumo, a SME adotou o modelo de dois anos em um, priorizando as habilidades focais dispostas na BNCC e no Currículo Carioca. Quanto ao calendário, cada semestre ou unidade de aprendizagem equivale a um bimestre em 2021, ou seja, o 1º bimestre é o equivalente a 2020.1 que engloba a 1ª unidade de aprendizagem, abrangendo os 1º e 2º bimestres do ano letivo de 2020, e assim por diante. Deste modo, no primeiro semestre de 2021 serão ministrados os conteúdos do ano de escolaridade de 2020 e no no segundo semestre os conteúdos do ano de 2021.

No início de 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o aplicativo Rioeduca em Casa. Esta será a plataforma oficial de ensino remoto da Rede Municipal, em substituição ao TEAMS da Microsoft. Os estudantes, assim como os professores, acessam os conteúdos *on line* do aplicativo, vinculado à ferramenta Google Sala de Aula, com navegação gratuita financiada pela SME. Os estudantes também podem visualizar e baixar arquivos disponibilizados pelos professores, enviar suas atividades e receber os exercícios corrigidos (RIO DE JANEIRO, 2021c). Além dessa opção, a Prefeitura continuará disponibilizando aulas pela TV. A programação do Rioeduca na TV (Videoaulas gravadas por docentes da rede) é exibida de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 20h30, pela TV Escola, e também está disponível no canal da MultiRio no *YouTube* (www.youtube.com/multiriosme) e no próprio aplicativo Rioeduca em Casa. Além das aulas, a SME também disponibiliza diariamente um espaço no youtube para tirar dúvidas ao vivo (RIO DE JANEIRO, 2021b).

Em Nova Iguaçu, a Semed publicou a Resolução nº 007, de 25 de novembro de 2020, que dispensa a verificação de rendimento escolar, garantindo o avanço de todos para a série seguinte através do regime de progressão continuada (2020-2021) (NOVA IGUAÇU, 2020a). Em 2021, as aulas iniciaram de forma remota assíncrona via Whatsapp e Facebook. Cabe a cada unidade escolar adaptar e disponibilizar material impresso aos discentes. O planejamento pedagógico terá como base a Matriz de Conteúdos Prioritários, disponibilizados pela Semed. Durante o primeiro semestre, estão sendo ministrados os conteúdos do ano de escolaridade de 2020; já no segundo semestre, serão oferecidos os conteúdos de 2021. Após o retorno das aulas presenciais, ainda sem data definida, a Semed realizará avaliações diagnósticas, a fim de identificar os níveis de aprendizagem e adequar o planejamento dos conteúdos prioritários.

Para o estado, a Seeduc publicou a resolução nº 5904 de 21 de dezembro de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020e), onde não foi apresentada nenhuma adequação curricular referente ao ano letivo de 2020, suprimindo os problemas de acesso e adesão dos discentes ao ensino remoto. Quanto à promoção de alunos, a Resolução SEEDUC nº 5879 de 13 de outubro de 2020 definiu que os resultados obtidos pelos estudantes “não ensejarão reprovação”, devendo ser considerado pelo docente toda e qualquer participação do estudante para a composição de nota única (RIO DE JANEIRO, 2020f p. 11). Em 2021, a Seeduc publicou a Resolução Nº 5908 de 27 de janeiro de 2021, estabelecendo protocolos e orientações complementares para atendimento nas UE estaduais e definindo cronograma de ações (RIO DE JANEIRO, 2021c).

Inicialmente, foi aplicado um questionário para avaliação socioemocional dos discentes, e está prevista

uma avaliação diagnóstica de conteúdos (sem data definida). Este mesmo documento organizou o currículo 2020-2021 da seguinte maneira: em março trabalha-se o conteúdo referente aos 1º e 2º bimestres de 2020, em abril o conteúdo referente aos 3º e 4º bimestres e a partir de maio o conteúdo de 2021. O ensino remoto retorna em março através do aplicativo “Applique-se”, com disponibilização de videoaulas, podcasts e outros materiais digitais, além da interação na ferramenta Google Sala de Aula. Os estudantes podem acessar o aplicativo com navegação gratuita e acesso ilimitado ao conteúdo didático. Aqueles que não possuem dispositivo eletrônico (celular, computador ou tablet) terão acesso ao material impresso (RIO DE JANEIRO, 2021c).

5. Considerações finais

Diante do exposto, é possível compreender que há um abismo entre a expectativa e a realidade relacionadas ao ensino remoto nas escolas trabalhadas. Fica claro que o ER vai além da oferta, pois outros fatores externos se fazem presentes nessa proposta de ensino. Sabendo que os principais fatores responsáveis pelo fracasso deste modelo de ensino é a falta do acesso digital e da autonomia para estudar (intimamente relacionada a estímulos familiares e intrínsecos), e considerando que este panorama pode estar se repetindo em muitas outras unidades escolares, cabe-nos a reflexão: “Se considerarmos que muitos alunos não tiveram acesso ao ensino, como garantir que tiveram aprendizagem?” “O que fazer com os diagnósticos que ainda nem foram realizados?” “Como garantir o aprendizado de um semestre em um ou dois meses?” “Como realizar um biênio pautado no ensino remoto e/ou híbrido com inúmeras variáveis a serem equacionadas?” “Será que conseguiremos atender às diferentes realidades da rede pública de ensino (alunos incluídos, segurança alimentar, contexto socioemocional)?”. É importante refletir e considerar no planejamento atual que parte das limitações apresentadas aqui, como falta de maturidade, autonomia e apoio/incentivo familiar, continuarão a existir em 2021.

São necessários, portanto, esforços para minimizar as dificuldades apresentadas neste texto. Dentre estes esforços, podemos destacar: 1- a necessidade de uma diagnose local, 2- maiores esforços para disponibilizar o acesso às plataformas e redes, 3- apoio psicopedagógico e 4- chamamento à responsabilidade por parte dos pais e tutores.

Quanto ao primeiro esforço, consideramos que as escolas estão recebendo os estudantes sem os conteúdos curriculares básicos referentes ao ano escolar anterior. Aqueles que seriam alfabetizados ou que teriam a consolidação dessa aprendizagem em 2020 chegarão às séries subsequentes passos atrás do que seria esperado. Essa defasagem poderá se sustentar ao longo dos anos e níveis de ensino, aumentando ainda mais a diferença entre aqueles que possuem acesso ao conhecimento e aqueles que não têm. Podendo inclusive distanciar e dificultar o acesso às universidades públicas no futuro. Logo, uma diagnose local poderá identificar exatamente as necessidades de cada turma e permitir um planejamento adequado e coerente.

Com relação ao segundo esforço, a Seeduc e a SME já apresentaram soluções através do uso de aplicativos patrocinados, além da TV, e terá a complementação do material para os que não possuem acesso digital. A Semed permanecerá fazendo uso das redes sociais (o que não teve bom resultado no ano anterior) e disponibilizará material impresso para os que não têm acesso a equipamentos que permitam o uso dessas ferramentas. Consideramos que esta rede também deveria disponibilizar plataformas de ensino ou aplicativos, de acesso gratuito, com conteúdos e vídeoaulas elaborados pelos professores. Também poderia apresentar a possibilidade de aulas através de um canal de rádio, por exemplo. Mas caso as questões financeiras sejam o fator limitante para essas ações, sugerimos que Nova Iguaçu e outros municípios se organizem em consórcios para que juntos possam custear projetos de acessibilidade. Outra possibilidade é estabelecer parcerias com a Seeduc e/ou SME para utilização das ferramentas públicas já disponibilizadas por essas secretarias, como a programação da TV.

Quanto ao terceiro esforço, é de extrema relevância que todas as redes de ensino disponibilizem atendimento psicopedagógico para os alunos e responsáveis. Espera-se, com isso, não apenas identificar os maiores desafios emocionais, mas oferecer aos estudantes um espaço de escuta e orientações acerca do autoconhecimento, autodisciplina e reflexão dos impactos no desempenho escolar, trabalhando a autoestima, autonomia, proatividade e responsabilidade.

Na outra ponta, sugerimos uma campanha de sensibilização sobre a corresponsabilidade escola/família da educação dos discentes. Pais e tutores devem atuar de modo participativo no incentivo aos estudos e cumprimento dos objetivos e planos educacionais que ora estão sendo disponibilizados.

De fato, a pandemia de COVID-19 tem acarretado, além de inúmeras perdas de vidas, financeira e emocional, a dor latente da desigualdade social e da exclusão digital que atinge, principalmente, os estudantes das escolas públicas. Assim, entendemos que é urgente que essa desigualdade seja considerada, enfrentada, reparada e erradicada de nossa sociedade. Para isto, é necessário dialogar com os protagonistas desta realidade, identificar as especificidades de cada escola, avaliar diagnosticamente os conhecimentos apreendidos/desenvolvidos, servindo de base para o planejamento de 2021. Fica claro que o biênio 2020/2021 não será suficiente para suprir a carência pedagógica existente. Precisamos pensar na reparação para além de 2021, de modo que a defasagem dos dias atuais não se configure em falta de oportunidades profissionais e acadêmicas futuras.

Agradecimentos

Aos alunos que enfrentaram, com as forças que possuíam e com os recursos de que dispunham, esse período inédito e complexo de ensino remoto. A todos os professores que se empenharam e se adaptaram a novos dispositivos tecnológicos visando garantir aos alunos um contato e vínculo com o processo educativo. Às coordenadoras que responderam prontamente ao questionário, e aos revisores pelas contribuições.

Referências

- ATLAS, DA VIOLÊNCIA. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019> Acesso em: 03 nov. 2020.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (atualizada)**. Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 58p. [2017]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 22 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Legislativo. Brasília- DF [2020a]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/02/2020&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=77>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**, aprovado em 28 de abril de 2020 - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF. [2020b]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 02 jun. 2020.

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 11/2020**, aprovado em 7 de julho de 2020 - Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Brasília (DF). [2020c]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em 10 out. 2020.
- CALADO, A. C. A. O papel da família no acompanhamento da vida escolar dos filhos. *Educação Pública*, v. 20, nº 39, 13 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/o-papel-da-familia-no-acompanhamento-da-vida-escolar-dos-filhos> Acesso em: 15 ago. 2020.
- CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://casafuminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em 29 ago. 2020.
- CETIC. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Kids Online Brasil 2019: Apresentação dos principais resultados. Disponível em https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em 20 de dez. 2020.
- DIFFENBAUGH, N. S.; FIELD, C. B.; APPEL, E. A. The COVID-19 lockdowns: a window into the Earth System. **Nature Reviews Earth Environment**, v. 1, p. 1470–481, Jul. 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s43017-020-0079-1>. Acesso: 20 nov. 2020.
- IPP. Instituto Pereira Passos. COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCA S. Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ISP. INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Rio de Janeiro. Estatísticas. Dados oficiais. 2015. Disponível em: www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp. Acesso em: 10 set. 2020.
- JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e521974299, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- NOVA IGUAÇU. **Decreto nº11891, de 13 de março de 2020**. Dispõe sobre a criação do gabinete de crise enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Educação: [2020a] Disponível em <https://diario.novaiguacu.rj.gov.br/visualizar?diarioOficial=324>. Acesso em 29 ago. 2020.
- NOVA IGUAÇU. Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu lança cadastro on-line para alunos terem acesso a aulas e atividades complementares durante Covid-19. 14 de abril de 2020. [2020b] Disponível em: <https://is.gd/3VM5Km> Acesso em 29 ago. 2020.
- NOVA IGUAÇU. **Resolução SEMED nº 007, de 25 de novembro 2020**. Estabelece, de forma excepcional, normas complementares para a organização e integralização do ano letivo de 2020 na Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu, e dá outras providências. [2020c] Disponível em: http://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2020/11/diariooficial_26_11_2020_16063597034.pdf. Acesso em 15 de dez. de 2020.
- OPAS. Organização Pan-americana de Saúde. Banco de Notícias. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. [2020]. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812. Acesso em 22 ago. 2020.

- RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 46.970, de 13 de março de 2020.** Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (covid-19), do regime de trabalho de servidor público e contratado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Atos do Governador. Rio de Janeiro. Ano XLVI. n. 047-A. [2020a]. Disponível em <https://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/IOERJ-200313.pdf>. Acesso em 26 ago.2020.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto nº47246, de 12 de março de 2020.** Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e estabelece medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus no âmbito do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Atos do Prefeito. Rio de Janeiro - RJ. Ano XXXIII. nº. 243 . p. 3. 13 de março de 2020. [2020b]. Disponível em <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA0NjQ%2C>. Acesso em 22 ago. 2020.
- RIO DE JANEIRO. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Diretoria De Estudos e Pesquisas De Acesso à Justiça. Relatório Educação e Covid. [2020c]. Disponível em: http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/relat%C3%B3rio_educac%C3%A7%C3%A3o_e_Covid_-_21ago2020.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.
- RIO DE JANEIRO. **Deliberação E/CME N.º 42, de 23 de setembro de 2020.** Aprova a reorganização do currículo carioca, do calendário escolar e estabelece atividades escolares presenciais e/ou não presenciais na rede pública de ensino do Município do Rio de Janeiro no contexto da pandemia e dá outras providências. [2020d]. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10912399/4296842/DELIBERACAO42REORGANIZACAO.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2020.
- RIO DE JANEIRO. **Resolução da SEEDUC nº 5904, de 21 de dezembro de 2020.** Estabelece o calendário escolar para o no ano letivo de 2021 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ato do Secretário. Ano XLVI. n. 237. Parte I. [2020e]. Disponível em <https://is.gd/xOjCmo> Acesso em 20 de dez. 2020.
- RIO DE JANEIRO. **Resolução da SEEDUC nº 5879, de 13 de outubro de 2020.** Estabelece de forma excepcional normas complementares para a organização e reestrutura de oferta dos cursos de ensino fundamental e médio, no ano letivo de 2020, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ato do Secretário. Ano XLVI. n. 190. [2020f]. Disponível em <https://is.gd/H6ZKhu> Acesso em: 20 de dez. 2020.
- RIO DE JANEIRO. **Resolução SEEDUC nº 5908, de 28 de janeiro de 2021.** Institui protocolos e orientações complementares para atendimento nas unidades da rede estadual, no período de pandemia da Covid-19. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Ato do Secretário. Rio de Janeiro. Ano XLVII. n. 018. Parte I. p. 38. [2021a]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19y3AK231NFe0vuvb6v9KgOi3QDY-zlBTf/view>. Acesso em: 25 de fev. 2021.
- RIO DE JANEIRO. **Resolução SME nº 251, de 26 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre a instituição do Programa Rioeduca na TV para produção e implementação de videoaulas e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Ato do Secretário. Rio de Janeiro - RJ. Ano XXXIV • nº247. p. 24. 01 de março de 2021. [2021b]. Disponível em <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4858/#/p:24/e:4858>. Acesso em 01 mar. 2021.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. [2021c]. Notícias. SME lança aplicativo de Ensino para alunos da rede municipal para ampliar aprendizagem. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibenoticias?id=12441368>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v.15, p.1-24, ago. 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>. Acesso em: 10 nov. 2020.

VIEIRA, K. M. *et al.* Vida de Estudante Durante a Pandemia: Isolamento Social, Ensino

Remoto e Satisfação com a Vida. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1147, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1147/574>. Acesso em: 03 nov. 2020.